

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/02/2015 a 28/02/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Governo Federal concentra esforços para a implementação do CAR.</b> João Paulo Biage – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/02/2015.....	3
<b>Governo Federal e Estados se unem para consolidar o CAR.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/02/2015 .....	3
<b>Ministro recebe movimentos sociais para debater a importância da agroecologia no País.</b> Jalila Arabi – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/02/2015 .....	5
<b>Manejo florestal melhora vida de mil famílias no semiárido do Nordeste.</b> Pauleinir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/02/2015 .....	6
<b>Lei da Biodiversidade vai a votação sem prever cobrança de royalty da soja.</b> Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 09/02/2015 .....	7
<b>Projeto de lei que facilita exploração da biodiversidade segue para o Senado.</b> Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 10/02/2015 .....	9
<b>Câmara aprova projeto que facilita exploração de biodiversidade.</b> Márcio Falcão, Ranier Bragon, Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 10/02/2015 .....	10
<b>Orgânicos da agricultura familiar nordestina têm destaque em feira alemã.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/02/2015 .....	11
<b>Monsanto: 25 doenças que podem ser causadas pelo agrotóxico glifosato.</b> Alexis Baden- Mayer – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 17/02/2015 .....	12
<b>MDA realiza oficina sobre regularização fundiária na Amazônia Legal.</b> Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/02/2015.	15
<b>Incra participa de agenda ambiental no Paraná em defesa dos atingidos por barragens</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/02/2015.....	17
<b>Ministro continua circuito de diálogos com movimentos sociais ao receber extrativistas.</b> João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/02/2015.....	17
<b>Assentamentos no Maranhão serão inscritos no Cadastro Ambiental Rural</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/02/2015 .....	18

**Governo Federal concentra esforços para a implementação do CAR. João Paulo Biage – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/02/2015**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, se reuniu na noite de terça-feira (3) com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para tratar do Cadastro Ambiental Rural (CAR). As duas pastas vão concentrar esforços para concluir a implementação do instrumento, que é fundamental para combater o desmatamento e promover a regularização ambiental de propriedades e posses rurais.

O ministro Patrus Ananias garantiu que o ministério está trabalhando para cumprir a meta estipulada. “Teremos a grande maioria dos assentamentos cadastrados até maio deste ano. Estamos trabalhando com esse prazo para cadastrar os 7,1 mil assentamentos que estão sob responsabilidade nossa e do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)”, afirmou.

A ministra Izabella Teixeira ressaltou a importância do auxílio no cadastramento dos agricultores familiares. “A ideia é que possamos fazer esse esforço conjunto, trabalhar juntos. Há uma expectativa muito grande da base de agricultores familiares e todos precisam fazer o cadastro”, alertou.

*Assentamentos*

O Incra celebrou convênio com a Universidade Federal de Lavras, com vigência até dezembro de 2015, para cadastramento ambiental rural massivo de assentamentos (55 milhões de hectares, incluindo 7,5 mil assentamentos e 160 territórios quilombolas), atividade que deve ser concluída nos próximos três meses. Até o momento, foram consolidados os serviços em 120 assentamentos do Acre (1.852.561,0839 ha cadastrados e 26.091 famílias atendidas); 380 em Mato Grosso (4.358.584,407 ha cadastrados e 68.6216 famílias beneficiadas); 250 em Goiás (518.816,4397 ha (85% dos assentamentos) e 12.071 famílias atendidas).

*CAR*

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública. O objetivo é traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas para diagnóstico ambiental. O CAR é fundamental para o monitoramento, controle e combate ao desmatamento e para a promoção da regularização ambiental.

*Ascom/MDA/com informações do Incra*

---

**Governo Federal e Estados se unem para consolidar o CAR. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/02/2015**

*Cadastro Ambiental Rural é obrigatório e deve ser feito em todo o país. Cerca de 40% do território nacional já está inscrito no sistema*

As ministras do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, reuniram-se nesta quinta-feira (05/02) com os secretários estaduais e do Distrito Federal das duas áreas. No encontro, elas reforçaram a necessidade da regularização ambiental dos imóveis rurais nos moldes da nova Lei Florestal, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que deve ser realizado pelos proprietários até 5 de maio deste ano. "O CAR é essencial para o combate ao desmatamento e também para preservação do cerrado", destacou Izabella Teixeira. "Além disso, o CAR serve para o planejamento ambiental e econômico", explicou a ministra do Meio Ambiente.

Até o momento, foram cadastrados 550 mil terrenos, que somam área equivalente a 132,1 milhões de hectares no país. O dado mostra que cerca de 40% de todo o território nacional já está na base de dados do CAR. "Há uma grande receptividade por parte dos Estados para a efetivação do Cadastro Ambiental Rural", avaliou a ministra.

Izabella Teixeira descartou a prorrogação de prazo para inscrição dos imóveis rurais no sistema, previsto para terminar em maio deste ano. "Um dos objetivos dessa reunião com os secretários de estado é avaliar quais são os esforços deles para cumprir o prazo", explicou. A ministra destacou que as estratégias para divulgação do CAR incluem mutirões, campanhas educativas, premiações e cooperação com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

#### *PRODUTOR DE ÁGUA*

Além de garantir o cumprimento da Lei Florestal e o desenvolvimento sustentável no país, a parceria tem o objetivo de promover a agricultura e produção familiar em diversas áreas. De acordo com a ministra Kátia Abreu, o produtor de água está entre os focos dessa ação. "Ele tem de ser reconhecido como um importante gerador de ativo ambiental por fazer muito bem esse tipo de produção e de proteção", destacou a ministra da Agricultura.

A implantação do cadastro garantirá a recuperação de áreas degradadas e a promoção da produção agrícola no país. "O CAR é um instrumento único para mostrar a transparência nesse processo", afirmou Kátia. "Os produtores não devem temer o CAR. É preciso temer ficar na ilegalidade e em situação de insegurança jurídica", acrescentou.

#### *O CADASTRO*

Todas as propriedades rurais do país precisam ser cadastradas no Sistema Eletrônico do CAR (SiCAR), com imagens georreferenciadas de todo o território nacional. As inscrições são condições necessárias para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Isso dará início ao processo de recuperação ambiental de áreas degradadas dentro dos terrenos, conforme prevê a Lei 12.651, de 2012, a chamada Lei Florestal.

A inscrição no CAR é realizada por meio do SiCAR, que emite um recibo, seguindo a mesma lógica da declaração do Imposto de Renda. É possível, inclusive, fazer

retificações caso haja informações conflitantes. Depois de cadastrados, os proprietários ou posseiros com passivo ambiental relativo às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL) e de Uso Restrito (UR) poderão aderir aos PRAs da unidade da federação em que estão localizados.

Caso não faça o cadastro, o responsável pelo imóvel ficará impossibilitado de obter crédito rural, além de entrar em situação de insegurança jurídica. O CAR, no entanto, não tem relação com questões fundiárias. Ou seja, é um documento declaratório sobre a situação ambiental de uma área cuja responsabilidade de manutenção é daquele que declarou e, portanto, não gera direitos sobre a forma de uso do solo.

#### *SAIBA MAIS*

Área de Preservação Permanente (APP): Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Reserva Legal (RL): É uma área localizada no interior de uma propriedade rural, que não seja a APP, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Uso Restrito (UR): Áreas de inclinação entre 25° e 45°.

---

#### **Ministro recebe movimentos sociais para debater a importância da agroecologia no País. Jalila Arabi – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/02/2015**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu, nesta quinta-feira (5), o relatório do 3º Encontro Nacional de Agroecologia, elaborado por mais de dois mil participantes de todo o Brasil, realizado em Juazeiro (BA). O documento foi entregue ao ministro pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que engloba diversos movimentos sociais. O relatório, que tem como tema “Cuidar da terra, alimentar a saúde e cultivar o futuro”, apresenta propostas às crises atuais que a sociedade enfrenta.

Patrus Ananias destacou a importância do desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar e a integração dos movimentos sociais no debate do tema. “A ideia é que, futuramente, façamos um fórum, com um espaço bem amplo para discussões sobre os assuntos pertinentes à agricultura familiar, estabelecendo um cronograma mínimo de ação”, adiantou.

“Nós precisamos construir redes de apoio e de solidariedade, dentro e fora do governo. Espero que a gente continue avançando nesse processo”, disse o ministro. O uso de agrotóxicos foi um dos assuntos debatidos na 3ª edição do Encontro de Agroecologia. “É um desafio produzir alimentos saudáveis, visto o uso de produtos químicos nas plantações”, afirmou Patrus.

O secretário executivo da ANA, Denis Monteiro, disse que o papel do MDA na difusão da agroecologia no Brasil é fundamental. “A expectativa é que o próprio MDA se fortaleça, para que tenha estrutura compatível com os desafios que a agricultura familiar propõe”, comentou.

Denis Monteiro ainda salientou que a proposta é fazer um diagnóstico do momento que o País vivencia e elaborar um conjunto de ações para o fortalecimento do setor de agroecologia. Como exemplos, ele citou a recuperação de sementes crioulas, o fortalecimento do mercado institucional e o papel do Estado na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

### *Mulheres rurais*

Políticas públicas, linhas de créditos específicas e serviços de Ater voltados para as agricultoras familiares também estavam na pauta do 3º Encontro Nacional de Agroecologia. A representante dos movimentos sociais de mulheres da ANA, Elisabeth Cardoso, acredita que o Governo Federal, bem como os estaduais, deve ter uma atenção especial com esse público. “As mulheres ainda vivem em situação de desigualdade, em especial as do campo. É preciso que todos estejam atentos a isso”, frisou.

Segundo Elisabeth, o documento entregue ao ministério é de grande importância para a agricultura familiar e para o País. “Essa carta é a voz das agricultoras e agricultores familiares que estão trabalhando com agroecologia. São eles que garantem alimentos saudáveis para todos. O documento é importante para mostrar que estamos fortalecendo a agroecologia no Brasil”, concluiu.

Participaram da reunião a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Via Campesina, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e Rede Ecovida de Agroecologia.

Ascom/ MDA

---

### **Manejo florestal melhora vida de mil famílias no semiárido do Nordeste. Pauleinir Constâncio – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/02/2015**

*Na Serra do Araripe, entre Ceará, Pernambuco e Paraíba, lenha é retirada de forma sustentável.*

O manejo florestal representa renda adicional que está mudando a vida de mil famílias no semiárido nordestino e reduzindo a pressão do desmatamento sobre os processos de desertificação. Na Serra do Araripe, região entre os estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba, em pouco menos de três anos pequenos produtores rurais e assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) viram sua renda familiar mais que dobrar com a venda de lenha sustentável para as indústrias de cerâmica e gesso.

É o que conta Antônio Esmero do Nascimento, 54 anos, pai de 14 filhos radicado na Fazenda Barra Grande, uma gleba de 8 mil hectares, dos quais 2 mil estão em regime de manejo por 20 anos. Natural de Jardim, no sertão pernambucano, ele migrou para o

assentamento em Jati, no Ceará, para trabalhar no Plano de Manejo Florestal Comunitário Sustentável da Caatinga.

### *OVELHAS*

Antônio, que sempre viveu do trabalho na roça, diz que a nova fonte de renda já permitiu com que comprasse quatro cabeças de gado. “Agora posso tirar um leite para dar a uma criança”, conta com alegria. Ele está começando também uma criação de ovelhas “devagarinho”. Por dia, chega a cortar até 3 m<sup>3</sup> de lenha, bem acima da média per capita local. “E com a orientação do jeito certo de cortar, pode ver que o mato já tem mais de um metro em menos de oito meses”, explica.

Dos filhos de Antônio, os três mais velhos migraram para São Paulo, mas os pequenos vivem com o ele. “Antes a gente acordava os meninos para trabalharem na roça – era assim no tempo do meu pai – mas hoje é para ir à escola”, diz o agricultor que é beneficiário de outros programas do Governo Federal e tem ônibus escolar na porta para percorrer os 20 Km entre o assentamento e a sala de aula. Ele relata que “trabalhava na meia” nas terras dos outros e o que “tirava” era só para a subsistência. Agora, explica, sempre sobra um pouco com a renda da lenha. Não revela quanto é, mas abre o sorriso quando fala do assunto.

### *VINTE ANOS*

Em Baixa Grande a área de manejo florestal foi dividida em 19 pedaços a serem cortados anualmente. O primeiro foi concluído e deu mais lenha que a absorvida pelo mercado. Só volta a ser cortado daqui a 20 anos. A regeneração esperada é de 100%. O diretor do Departamento de Combate à Desertificação, Francisco Campello, afirma existirem estudos que apontam até para o enriquecimento da biodiversidade, já que espécies quase extintas na área manejada reaparecem.

Mas os assentados na Serra do Araripe ainda enfrentam problemas para colocar o produto no mercado. Pela legislação, só podem vender para comprador legalizado, trabalhando dentro da proposta de sustentabilidade estabelecida em licenciamento ambiental. Caso não retire toda a lenha anualmente, para explorar todo o restante da área precisam nova licença dos órgãos ambientais.

O manejo florestal comunitário é parte da estratégia do Ministério do Meio Ambiente para o combate à desertificação e convivência com a semiáridade. Os programas têm como foco a promoção do desenvolvimento com sustentabilidade e conservação da paisagem da Caatinga. As ações previstas promovem a geração de renda e inclusão social, seguranças hídrica, energética e alimentar dos rebanhos, conservando a biodiversidade.

---

### **Lei da Biodiversidade vai a votação sem prever cobrança de royalty da soja. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 09/02/2015**

Ambientalistas criticam o projeto de lei, a ser votado nesta segunda-feira (9) na Câmara dos Deputados, que trata do acesso às informações genéticas de plantas, animais e outros seres vivos para fins científicos, terapêuticos, industriais e comerciais,

regulamentando a Convenção da Diversidade Biológica, em vigor desde 1993, ratificada pelo Brasil e por outros 167 países.

Apresentado na quarta-feira (4) pelo deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS) e aprovado por uma comissão especial, o texto a ser votado exclui da proposta original, do governo, a cobrança de royalties para pesquisa e desenvolvimento com espécies não nativas como soja, cana-de-açúcar e arroz, entre outras.

Segundo o parlamentar, os royalties relativos à soja e outras plantas elevariam custos de produção, prejudicando a competitividade comercial do agronegócio nacional. Na proposta do governo, a cobrança era prevista para espécies da biodiversidade brasileira e também para as de origem estrangeira.

O ISA (Instituto Socioambiental) critica o substitutivo por ter sido elaborado sem contribuições da participação de representantes de comunidades indígenas e tradicionais, cujo conhecimento é muitas vezes aproveitado na identificação de recursos genéticos.

Em nota divulgada na quinta-feira (5), a ONG afirmou que os termos do texto permitem "uma competição entre povos e comunidades tradicionais para ver quem oferece melhores condições financeiras" às empresas interessadas no acesso a recursos genéticos.

No seu parecer, Moreira destacou que o texto substitutivo "foi amplamente discutido com representantes do setor privado, especialmente o agropecuário e o industrial". E acrescentou que a proposta original se baseou em informações técnicas dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros.

"Fizemos reuniões com 94 atores responsáveis do setor privado e do próprio governo. Cabia a eles ter feito o debate com esses outros setores", disse o parlamentar à reportagem. "O texto que vamos votar não foi feito com a pretensão de ser uma lei definitiva", acrescentou.

### *ATRASO*

Moreira afirmou também que o governo demorou muito para mandar o projeto de lei para alterar regulamentação vigente desde 2001 por medida provisória. "Pior do que não ter essa lei agora é não ter nenhuma, deixando o patrimônio genético do país vulnerável à concorrência internacional", disse o deputado.

Enviado em junho pelo governo com pedido de votação em regime de urgência, o projeto não teve trâmite normal nas comissões. Em novembro, a reunião da comissão geral criada para apreciar a proposta não conseguiu deliberar nenhum encaminhamento.

Em 17 de dezembro, o plenário rejeitou pedido do deputado Sarney Filho, líder do PV, para retirada do projeto da pauta de votações. Com a aprovação na semana passada do texto elaborado por Moreira, foram descartadas todas as 166 emendas de plenário propostas para o projeto de julho a outubro.



Um dos objetivos principais do projeto é reduzir as exigências burocráticas vigentes para a pesquisa sobre recursos genéticos da biodiversidade brasileira e para renegociar dívidas de multas aplicadas antes da vigência da norma atual, iniciada em 2001.

A regulamentação em vigor exige autorizações prévias para a pesquisa e também o pagamento, com a repartição de benefícios, logo que é confirmada a possibilidade de exploração econômica do material genético.

O projeto de lei propõe o cadastramento prévio e a fiscalização posterior de instituições para o acesso e a pesquisa, mantendo a exigência de autorizações prévias para estrangeiros que não tenham vínculo institucional com entidades brasileiras.

A proposta prevê também o pagamento pela exploração econômica somente um ano depois da exploração comercial do produto final.

---

### **Projeto de lei que facilita exploração da biodiversidade segue para o Senado. Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 10/02/2015**

A Câmara dos Deputados rejeitou nesta terça-feira (10) as emendas ao projeto de lei que facilita a pesquisa e a exploração econômica da biodiversidade brasileira.

Com isso, o projeto, que foi aprovado na segunda-feira (9), segue agora para o Senado.

O novo texto incluiu apenas o perdão de multas anteriores a 2005 para instituições que firmarem termo de compromisso para regularizar sua situação na exploração de informações genéticas de plantas, animais e outros seres vivos para fins científicos, terapêuticos, industriais e comerciais.

Foi mantida, portanto, a isenção de royalties para a pesquisa com soja, arroz, cana e outras commodities, uma reivindicação da bancada ruralista que foi criticada por ambientalistas.

Segundo o relator da matéria, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), os royalties relativos à soja e outras plantas elevariam custos de produção, prejudicando a competitividade comercial do agronegócio nacional.

A cobrança de royalties, prevista na proposta original do Executivo, foi mantida apenas para espécies nativas da biodiversidade brasileira.

#### ***DESBUROCRATIZAR***

Um dos principais objetivos do projeto é reduzir as exigências burocráticas para a pesquisa sobre recursos da biodiversidade brasileira e renegociar dívidas de multas aplicadas antes da vigência da regulamentação atual.

As medidas terão efeito especialmente na área de pesquisa e na indústria farmacêutica e de cosméticos.

O projeto prevê um cadastro de instituições -em vez das autorizações prévias da legislação em vigor desde 2001- para o acesso e a pesquisa. O texto mantém a exigência de autorização apenas para instituições estrangeiras sem vínculo com entidades brasileiras.

O pagamento de benefícios da exploração econômica de recursos genéticos ou do uso de conhecimentos tradicionais passa a ser feito, segundo o projeto, um ano após o começo do uso comercial dos produtos finais.

Na lei em vigor, ele deve ocorrer logo que é confirmada a possibilidade de exploração econômica.

#### *APOIO*

Logo após a votação, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) defendeu a rápida aprovação do texto pelos senadores. "A aprovação desse PL [projeto de lei] e a entrada em vigor das novas regras são fundamentais para o Brasil avançar na agenda de bioeconomia", afirmou em nota.

Encaminhado em junho do ano passado em regime de urgência, o projeto de lei do governo foi substituído na semana passada após aprovação de relatório do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), restringindo a cobrança de royalties.

---

### **Câmara aprova projeto que facilita exploração de biodiversidade. Márcio Falcão, Ranier Bragon, Maurício Tuffani – Folha de São Paulo, Ambiente. 10/02/2015**

Após mais de sete meses de impasse e intensas negociações, a Câmara dos Deputados aprovou na noite desta segunda-feira (9) um projeto que facilita a pesquisa e a exploração econômica da biodiversidade brasileira.

Os deputados, porém, deixaram para esta terça (10) a conclusão da votação, quando serão analisadas as sugestões de mudanças no texto. O projeto ainda tem que passar por votação no Senado.

Um dos principais objetivos do projeto é reduzir as exigências burocráticas para a pesquisa sobre recursos da biodiversidade brasileira e renegociar dívidas de multas aplicadas antes da vigência da regulamentação atual.

As medidas terão efeito especialmente na área de pesquisa e na indústria farmacêutica e de cosméticos.

Editadas em 2001, as normas em vigor exigem autorizações prévias para a pesquisa e para a remessa de amostras para o exterior, além de pagamento assim que a possibilidade de exploração econômica do material genético é confirmada.

Hoje, porém, tais normas são vistas pelo próprio governo como excessivamente restritivas às pesquisas e à atividade econômica.

O projeto original enviado pelo Executivo mudava a legislação para tratar apenas da pesquisa industrial e mantinha a agricultura e a pecuária sob as regras ainda em vigor.

O relator da matéria, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), porém, incluiu na proposta a pesquisa sobre sementes e melhoramento de raças e garantiu isenção de royalties para a pesquisa com soja, arroz, cana e outras commodities, uma reivindicação da bancada ruralista.

Segundo o parlamentar, os royalties relativos à soja e outras plantas elevariam custos de produção, prejudicando a competitividade comercial do agronegócio nacional.

O texto de Moreira foi criticado por ambientalistas por ter sido "amplamente discutido com representantes do setor privado, especialmente o agropecuário e o industrial", como consta no relatório do deputado, mas sem a participação de ambientalistas e comunidades indígenas.

### *'DESCONFIANÇA'*

O projeto de lei propõe também um cadastro de instituições –no lugar das autorizações prévias– para o acesso e a pesquisa. Manteve-se apenas a exigência de autorizações apenas para estrangeiros sem vínculo com entidades brasileiras.

Apresentada pela deputada Luciana Santos (PCdoB-PE), uma das emendas prevê manter a exigência de autorização prévia para toda as instituições estrangeiras, mesmo aquelas vinculadas a entidades brasileiras, para preservar interesses nacionais.

Moreira, por sua vez, entende que isso configura uma "desconfiança" em relação a instituições de outros países.

Outro ponto do projeto é fazer com que o pagamento sobre a exploração econômica só seja feito depois do início da comercialização do produto final.

---

### **Orgânicos da agricultura familiar nordestina têm destaque em feira alemã. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/02/2015**

Conhecida como a maior feira de orgânico do mundo, a Biofach 2015 expõe na Alemanha produtos tradicionais do Nordeste brasileiro. Consumidores europeus podem conferir, até sexta-feira (14), polpa de fruta, doces e mel produzidos por cooperativas da Bahia e do Piauí. Todos os produtos são certificados.

A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), na Bahia, e a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis), no Piauí, são as representantes nordestinas. Elas integram a lista dos 10 empreendimentos da agricultura familiar brasileira selecionados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para divulgar seus produtos no evento, que ocorre no Centro de Exposições de Nuremberg.

A gerente comercial da Coopercuc, Jussara Dantas, vê a participação como uma oportunidade de ampliar os negócios internacionais. Essa é a sétima vez que a cooperativa participa da Biofach. Para este ano, a novidade é a polpa de fruta de umbu. “Abrimos uma nova fábrica de polpas de fruta e queremos inserir a polpa de umbu no mercado internacional”, destaca. A cooperativa já exporta os doces para a Áustria e França.

Segunda representante do Nordeste brasileiro, a Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro, Casa Apis, participa pela quarta vez da feira. De acordo com o gerente comercial do empreendimento, Wellington Dantas, a cada edição os associados conquistam mais parcerias. “Temos contato com pessoas do mundo inteiro”, acrescenta.

### *Coopercuc*

Com sede no município baiano de Uauá, a 430 quilômetros de Salvador, a cooperativa foi criada em 2004 e passou a integrar agricultores também de Curaçá e Canudos. Trabalha com extrativismo e tem como carro-chefe produtos derivados do umbu, fruto tradicional da região. 249 extrativistas integram a cooperativa. Eles produzem doces, geleias e polpas de frutas como maracujá, goiaba, manga, banana.

### *Casa Apis*

Fundada em 2005 no município de Picos, a 314 quilômetros de Teresina, a Casa Apis levou mel orgânico para a Biofach 2015.

---

### **Monsanto: 25 doenças que podem ser causadas pelo agrotóxico glifosato. Alexis Baden- Mayer – Site da Carta Maior, Meio Ambiente. 17/02/2015**

*Cientistas descobriram que pessoas doentes tinham maiores níveis de glifosato em seu corpo do que as pessoas saudáveis. Conheça os resultados destas pesquisas*

A Monsanto investiu no herbicida glifosato e o levou ao mercado com o nome comercial de Roundup em 1974, após a proibição do DDT. Mas foi no final dos anos 1990 que o uso do Roundup se massificou graças a uma engenhosa estratégia de marketing da Monsanto. A estratégia? Sementes geneticamente modificadas para cultivos alimentares que podiam tolerar altas doses de Roundup. Com a introdução dessas sementes geneticamente modificadas, os agricultores podiam controlar facilmente as pragas em suas culturas de milho, soja, algodão, colza, beterraba açucareira, alfafa; cultivos que se desenvolviam bem enquanto as pragas em seu redor eram erradicadas pelo Roundup.

Ansiosa por vender seu emblemático herbicida, a Monsanto também incentivou os agricultores a usar o Roundup como agente dessecante, para secar seus cultivos e assim fazer a colheita mais rapidamente. De modo que o Roundup é usado rotineira e diretamente em grande quantidade de cultivos de organismos não modificados geneticamente, incluindo trigo, cevada, aveia, colza, linho, ervilha, lentilha, soja, feijão e beterraba açucareira.

Entre 1996 e 2011, o tão difundido uso de cultivos de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) Roundup aumentou o uso de herbicidas nos Estados Unidos em 243 milhões de kg – ainda que a Monsanto tenha assegurado que os cultivos de OGM reduziram o uso de pesticidas e herbicidas.

A Monsanto falsificou dados sobre a segurança do Roundup e o vendeu para departamentos municipais de parques e jardins e também a consumidores como sendo biodegradável e estando de acordo com o meio ambiente, promovendo seu uso em valetas, parques infantis, campos de golf, pátios de escola, gramados e jardins privados. Um tribunal francês sentenciou que esse marketing equivalia a publicidade enganosa.

Nos quase 20 anos de intensa exposição, os cientistas documentaram as consequências para a saúde do Roundup e do glifosato na nossa comida, na água que bebemos, no ar que respiramos e nos lugares em que nossas crianças brincam.

Descobriram que as pessoas doentes têm maiores níveis de glifosato em seu corpo do que as pessoas saudáveis.

Também encontraram os seguintes problemas de saúde que eles atribuem à exposição ao Roundup e/ou ao glifosato:

1) TDHA: nas comunidades agrícolas, existe uma forte relação entre a exposição ao Roundup e o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, provavelmente devido à capacidade do glifosato de afetar as funções hormonais da tireoide.

2) Alzheimer: no laboratório, o Roundup causa o mesmo estresse oxidativo e morte de células neurais observados no Alzheimer. Isso afeta a CaMKII, uma proteína cuja desregulação também foi associada à doença.

3) Anencefalia (defeito de nascimento): uma pesquisa sobre os defeitos no tubo neural de bebês cujas mães viviam em um raio de mil metros de distância de onde se aplicava o pesticida mostrou uma associação entre o glifosato e a anencefalia; a ausência de uma grande porção do cérebro, do crânio e do pericrânio formado durante o desenvolvimento do embrião.

4) Autismo: o glifosato tem um número de efeitos biológicos alinhados a conhecidas patologias associadas ao autismo. Um desses paralelismos é a disbiose observada em crianças autistas e a toxicidade do glifosato para bactérias benéficas que combatem bactérias patogênicas, assim como a alta resistência de bactérias patogênicas ao glifosato. Além disso, a capacidade do glifosato de facilitar a acumulação de alumínio no cérebro poderia fazer deste a principal causa de autismo nos EUA.

5) Defeitos de nascença: o Roundup e o glifosato podem alterar a vitamina A (ácido retinoico), uma via de comunicação celular crucial para o desenvolvimento normal do feto. Os bebês cujas mães viviam em um rádio de 1 km em relação a campos com glifosato tiveram mais que o dobro de possibilidade de ter defeitos de nascença segundo um estudo paraguaio. Os defeitos congênitos se quadruplicaram na década seguinte a que os cultivos com Roundup chegaram ao Chaco, uma província da Argentina na qual o glifosato é utilizado entre 8 e 10 vezes mais por acre do que nos EUA. Um estudo em uma família agricultora nos EUA documentou elevados níveis de glifosato e defeitos de nascença em crianças, tais como ânus não perfurados, deficiências no crescimento hormonal, hipospádias (relacionada à normalidade da abertura urinária), defeitos no coração e micropênis.

6) Câncer cerebral: em um estudo comparativo entre crianças saudáveis e crianças com câncer cerebral, os pesquisadores detectaram que, se um dos pais estivera exposto ao Roundup dois anos antes do nascimento da criança, as possibilidades de ela desenvolver câncer no cérebro dobravam.

7) Câncer de mama: o glifosato induz o crescimento de células cancerígenas no peito por meio de receptores estrógenos. O único estudo em animais a longo prazo de exposição ao glifosato produziu ratas com tumores mamários e reduziu a expectativa de vida.

8) Câncer: pesquisas de porta em porta com 65 mil pessoas em comunidades agrárias da Argentina nas quais o Roundup foi utilizado – conhecidas como cidades fumigadas – mostraram médias de câncer entre duas e quatro vezes maiores do que a média nacional, com altos índices de câncer de mama, próstata e pulmão. Em uma comparação entre dois povos, naquele em que o Roundup fora aplicado, 31% dos moradores tinham algum familiar com câncer, ao passo que só 3% o tinham em um povoado sem Roundup. As médias mais elevadas de câncer entre as pessoas expostas ao Roundup provavelmente surgem da reconhecida capacidade do glifosato de induzir danos ao DNA, algo que foi demonstrado em inúmeras pesquisas de laboratório.

9) Intolerância ao glúten e doença celíaca: peixes expostos ao glifosato desenvolveram problemas digestivos que são reminiscentes da doença celíaca. Existem relações entre as características da doença celíaca e os conhecidos efeitos do glifosato. Isso inclui desajustes nas bactérias das tripas, deslocamento de enzimas implicadas na eliminação de toxinas, deficiências minerais e redução dos aminoácidos.

10) Doença crônica nos rins: os aumentos no uso do glifosato poderiam explicar as recentes ocorrências de falências renais entre os agricultores da América Central, do Sri Lanka e da Índia. Os cientistas concluíram que, “embora o glifosato por si só não provoque uma epidemia de doença renal crônica, parece que ele adquiriu a capacidade de destruir os tecidos renais de milhares de agricultores quando forma complexos com água calcária e metais nefrotóxicos”.

11) Colite: a toxicidade do glifosato sobre bactérias benéficas que eliminam a clostridia, assim como a alta resistência da clostridia ao glifosato, poderia ser um fator significativo na predisposição ao sobrecrecimento da clostridia. O sobrecrecimento da clostridia, especialmente da colite pseudomembranosa, foi comprovado como causa da colite.

12) Depressão: o glifosato altera os processos químicos que influem na produção da serotonina, um importante neurotransmissor que regula o ânimo, o apetite e o sono. O desajuste da serotonina é vinculado à depressão.

13) Diabetes: Os níveis baixos de testosterona são um fator de risco para o tipo 2 de diabetes. Ratos alimentadas com doses significativas de Roundup em um período de 30 dias, abrangendo o começo da puberdade, tiveram uma redução na produção de testosterona suficiente para alterar a morfologia das células testiculares e o início da puberdade.

14) Doença cardíaca: o glifosato pode alterar as enzimas do corpo, causando disfunção lisossomal, um fator importante nas doenças e falências cardíacas.

15) Hipotireoidismo: uma pesquisa realizada de porta em porta com 65 mil pessoas em comunidades agrícolas na Argentina nas quais se usa o Roundup encontrou médias mais elevadas de hipotireoidismo.

16) Doença inflamatória intestinal: o glifosato pode induzir a deficiência severa do triptófano, que pode levar a uma grave doença inflamatória intestinal que desajusta severamente a capacidade de absorver nutrientes por meio do aparato digestivo devido à inflamação, hemorragias ou diarreia.

17) Doença hepática: doses muito baixas do Roundup podem alterar as funções das células no fígado, segundo um estudo publicado em 2009 na “Toxicology”.

18) Doença de Lou Gehrig: a deficiência de sulfato no cérebro foi associada à Esclerose Lateral Amiotrófica. O glifosato altera a transmissão de sulfato do aparelho digestivo ao fígado, e poderia levar a uma deficiência de sulfato em todos os tecidos, incluindo o cérebro.

19) Esclerose múltipla: encontrou-se uma correlação entre uma incidência aumentada de inflamação de intestino e a Esclerose Múltipla. O glifosato poderia ser um fator causal. A hipótese é que a inflamação intestinal induzida pelo glifosato faz com que bactérias do aparelho digestivo se infiltrem no sistema circulatório, ativando uma reação imune e, como consequência, uma desordem autoimune, resultando na destruição da bainha de mielina.

20) Linfoma Não-Hodgkin: uma revisão sistemática e uma série de meta-análises de quase três décadas de pesquisas epidemiológicas sobre a relação entre o linfoma não-hodgkin e a exposição a pesticidas agrícolas concluiu que o linfoma de célula B tinha uma associação positiva com o glifosato.

21) Doença de Parkinson: os efeitos danosos dos herbicidas sobre o cérebro foram reconhecidos como o principal fator ambiental associado a desordens neurodegenerativas, incluindo a doença de Parkinson. O início de Parkinson após a exposição ao glifosato foi bem documentado, e estudos em laboratório mostram que o glifosato provoca morte celular característica da doença.

22) Problemas na gravidez (infertilidade, morte fetal, aborto espontâneo): o glifosato é tóxico para as células da placenta, o que, segundo os cientistas, explicaria os problemas na gravidez de trabalhadoras agrícolas expostas ao herbicida.

23) Obesidade: uma experiência consistente na transmissão de uma bactéria do aparelho digestivo de um humano obeso para os aparelhos digestivos de ratos provocou obesidade nos ratos. Tendo o glifosato produzido uma mudança nas bactérias do aparelho digestivo de produtores de endotoxinas, a exposição ao glifosato poderia, dessa forma, contribuir com a obesidade.

24) Problemas reprodutivos: estudos de laboratório em animais concluíram que os ratos machos expostos a altos níveis de glifosato, tanto no desenvolvimento pré-natal ou da puberdade, padecem de problemas reprodutivos, incluindo o atraso na puberdade, a baixa produção de esperma e a baixa produção de testosterona.

25) Doenças respiratórias: as mesmas pesquisas com 65 mil pessoas na Argentina descobriram médias mais elevadas de doenças respiratórias crônicas.

---

**MDA realiza oficina sobre regularização fundiária na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/02/2015**

“A regularização na Amazônia é feita por muitas mãos. É um processo que o Governo Federal é protagonista, mas não pode e nem deve fazer sozinho. A parceria com os

estados, com a academia, com a sociedade civil organizada é fundamental para garantir a efetividade desta política pública”, destacou o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA), Sérgio Lopes. A afirmação foi feita na abertura da 1ª Oficina de Interlocação e Definição de Ações Conjuntas com Órgãos de Terra dos Estados da Amazônia Legal, em Brasília.

O evento, promovido pela Serfal/MDA, começou nesta segunda-feira (23), e segue até quarta (25). A ideia é promover uma discussão sobre a regularização na Amazônia Legal com a participação de representantes do Governo Federal, de órgãos de terra estaduais e da sociedade civil.

Na cerimônia, Sérgio Lopes ainda pontuou os grandes desafios desta primeira oficina: discutir a agilidade do processo de regularização fundiária e o aprimoramento da gestão territorial. “Não basta apenas trazer a área para a legalidade, nosso maior desafio é manter esses produtores na legalidade. O processo deve ser rápido, barato e de interesse do produtor rural. A regularização fundiária abre as portas para o desenvolvimento sustentável que tanto queremos para a Amazônia”.

#### *Direito à terra*

Para Willian da Silva Matias da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o avanço da regularização fundiária é importante para a redução das disputas pela posse da terra. “O título, além de trazer a segurança jurídica, é um reconhecimento dos direitos dessas pessoas que tanto lutaram pela posse da terra. Tenho uma grande esperança de que com a regularização das terras, o número de conflitos agrários diminua”, afirmou o vice-presidente da organização.

O secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Lopes de Almeida, destacou a importância da gestão territorial para a garantia de direitos e o fortalecimento da agricultura familiar. “O desafio que nós temos é uma regularização fundiária que nos permita reconhecer todo o território nacional, fazendo assim uma efetiva gestão do território, garantindo o direito de toda a sociedade”.

#### *Articulação*

A 1ª Oficina de Interlocação e Definição de Ações Conjuntas com Órgãos de Terra dos Estados da Amazônia Legal, busca articular, aprofundar e apresentar novas abordagens para o trabalho conjunto nas ações de regularização fundiária nos nove estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O evento reúne na capital federal representantes do MDA, do Incra, do Ministério do Meio Ambiente, das coordenações estaduais do Programa Terra Legal, do Ministério Público Federal, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento do Mato Grosso, da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar no Maranhão, da Secretaria de Estado da Agricultura de Rondônia, da Secretaria do Estado de Política Fundiária do Amazonas, da Universidade Federal do Pará, da cooperação internacional Alemã (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), dos Institutos de Terras do Amapá, Mato Grosso,



Maranhão, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins, da Associação dos Notários e Registradores do Brasil e da Associação dos Notários e Registradores do Mato Grosso, do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia e da Agência Brasileira de Cooperação.

---

**Inkra participa de agenda ambiental no Paraná em defesa dos atingidos por barragens – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 25/02/2015**

A construção de usinas hidrelétricas pode influenciar de forma significativa o cotidiano das famílias assentadas em projetos de reforma agrária pelo país. Com a construção de barragens, lotes inteiros (ou parte deles) podem ser inundados e, portanto, a necessidade de qualificar o debate sobre a situação dos atingidos por essas obras.

Nas discussões em torno da defesa das famílias de agricultores atingidas por barragens, a Superintendência Regional do Incra no Paraná, representada pelo superintendente Nilton Guedes, participará de dois importantes eventos no estado.

Na quinta-feira (26), às 9h, o superintendente participa da oficina sobre Metodologia para o Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens, na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), no município de Laranjeiras do Sul. Promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o objetivo é qualificar e quantificar a situação dos atingidos pela usina hidrelétrica de Salto Santiago, no município de Saudade do Iguazu (região Centro-Oeste do Paraná).

Na sexta-feira (27), às 18h30, a agenda será na Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus regional no município de Goioerê, na região Noroeste do estado. O superintendente do Incra participará do I Encontro Regional do Movimento Pro Piquiri e Ivaí, promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

O evento debaterá os impactos sociais, ambientais e econômicos da construção das usinas hidrelétricas de Apertados, Ercolândia e da Foz do rio Piquiri, no Noroeste do Paraná. Cerca de 40 famílias do Projeto de Assentamento Nossa Senhora Aparecida, no município de Mariluz, poderão ser atingidas com a construção das barragens. “No momento em que os assentamentos estão na iminência de serem atingidos pela construção de barragens, o Incra deve agir em defesa das famílias”, afirma o superintendente do Instituto no Paraná, Nilton Guedes.

Na ocasião, o superintendente apresentará as políticas ambientais para a reforma agrária, bem como as ações da autarquia de incentivo à produção agroecológica. Anunciará também a implantação do plano de desenvolvimento sustentável dos assentamentos do Incra no Paraná, a ser lançado em breve, com a conclusão dos diagnósticos do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

---

**Ministro continua circuito de diálogos com movimentos sociais ao receber extrativistas. João Paulo Biagi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/02/2015**

O reconhecimento da importância dos extrativistas e a necessidade de assistência

técnica especializada foram temas de reunião do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e de representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). O encontro ocorreu em Brasília, na sede do MDA, nesta quinta-feira (26).

O ministro recebeu a pauta e afirmou que o ministério está de portas abertas para debater o que for de sua alçada. “Precisamos ver o que é da nossa governabilidade e direcionar ações práticas, como no caso da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que dá para trabalharmos e tentarmos resolver essa situação”, apontou.

Patrus convidou o CNS para participar de um fórum com outros movimentos sociais do campo, que está sendo pensado para alinhar propostas em comum. “Queremos fazer um fórum de entidades ligadas à reforma agrária e à agricultura familiar, para construirmos uma pauta em comum, com força. Se os movimentos sociais não se organizarem, não há conquistas. Respeitando as diversidades, podemos buscar consensos em pontos convergentes”, avaliou o ministro.

O presidente do CNS, Joaquim Belo salientou que há mais de 40 milhões de hectares de florestas de uso coletivo para extrativistas, e que a economia gerada pelos trabalhadores é alta, mas a população não tem conhecimento. “Propomos uma avaliação das conquistas, que vai ajudar para que exista uma governança melhor desses espaços e um reconhecimento maior da atividade extrativista. Hoje, você vê que as castanhas e o açaí estão ganhando o mundo, mas tem gente que não sabe que somos nós quem trabalhamos para isso”, lembrou Belo.

A reunião com o CNS faz parte do circuito de encontros que o MDA está fazendo com os movimentos sociais, para realizar a construção do rural brasileiro com participação popular.

---

### **Assentamentos no Maranhão serão inscritos no Cadastro Ambiental Rural – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/02/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão terá seus projetos de assentamentos inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o mês de maio de 2015. Para esse trabalho, uma equipe técnica da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, reuniu-se na quinta (26) e sexta-feira (27), com servidores da autarquia, em São Luís (MA), para apresentar a metodologia que será utilizada e informações necessárias para efetivar a inscrição dos 670 projetos de assentamento sob a gestão do Instituto no CAR.

Esse trabalho é fruto de uma parceria nacional do Incra com a UFLA para inscrição de 55 milhões de hectares distribuídos em 7,5 mil assentamentos da reforma agrária e 160 territórios quilombolas de todo o Brasil no Cadastro Ambiental Rural. Dessa forma, o Instituto cumpre o calendário estipulado pelo Novo Código Florestal, que estabelece o prazo de um ano, a partir de 5 de maio de 2014, para que todos os imóveis do país estejam inscritos no CAR.

Durante as reuniões, os técnicos Antônio Couto Júnior e Fábio Vieira Marques falaram sobre as informações necessárias e apresentaram aos servidores do Incra/MA como serão extraídos os dados para a inscrição dos assentamentos no CAR. “Iniciaremos o

trabalho com informações da área de cada propriedade do assentamento, as quais serão disponibilizadas pelo Incra/MA. Em seguida, utilizaremos as imagens extraídas do Landsat 2008 e Rapideye 2011”, explicou o coordenador da equipe de georreferenciamento da UFLA, Antônio Couto Júnior.

Segundo o Coordenador Antônio Júnior, a partir dessas informações será possível gerar o mapeamento do uso do solo de cada assentamento, identificando as áreas desmatadas, as que se mantiveram intactas e as áreas regeneradas, no período dos anos de 2008 a 2011. Também por meio de imagens será definida a hidrografia do assentamento com seus respectivos cursos de água.

Após a coleta dos dados do Assentamento e de cada lote (tamanho da área, nome do assentado, delimitação do perímetro, etc), as informações das áreas remanescentes de vegetação nativa, áreas de preservação permanente e de reserva legal, áreas de uso restrito e áreas consolidadas, cada lote será inscrito individualmente no Cadastro Ambiental Rural.

O superintendente substituto do Incra/MA, Ary Filomena Kurz, que esteve presente na reunião, falou da importância do CAR para o assentamento. “É uma ferramenta importante para auxiliar no planejamento do imóvel rural, da sua ocupação, do uso econômico, bem como da recuperação de áreas degradadas. O que proporcionará melhoria da qualidade ambiental para as famílias assentadas. Também, a partir do CAR, as famílias assentadas terão seus lotes definidos, o que dará mais segurança para planejarem investimentos em produção e melhor utilização dos créditos acessados”, afirmou.

## CAR

O Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis.

**Coordenador**  
Sergio Leite

### **Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria



**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa